



Propostas:

1. Divulgar a prática psicológica e sua relevância na sociedade por meio da revisão dos campos de atuação profissional e da inserção de psicólogos em áreas ainda não contempladas, ampliando o mercado de trabalho e gerando renda;
2. Acompanhar e pleitear proposições legislativas de interesse da classe para que reivindicações como jornada de trabalho de 30 horas, aumento de vagas em concursos públicos e aprovação do piso salarial sejam uma realidade;
3. Criar proposições junto aos poderes constituídos a fim de incluir atendimento psicológico individual e familiar no SUS, não mais restringindo o acompanhamento apenas a pacientes com transtornos mentais;
4. Apoiar os psicólogos atuantes na saúde pública e pleitear o fortalecimento, a consolidação e a ampliação da Rede de Atenção Psicossocial visando o cumprimento da legislação que a regulamenta;
5. Atuar junto às agências reguladoras dos planos de saúde para padronização dos valores e dos períodos mínimos de consulta, melhorando o atendimento ao paciente e a qualidade do serviço oferecido à rede de saúde suplementar;
6. Aprimorar a ferramenta "Orienta Psi" para torná-la mais interativa e dinâmica, facilitando o acesso dos profissionais e a elaboração de documentos e informes psicológicos;
7. Viabilizar a participação on-line de psicólogos em eventos como congressos, seminários e cursos promovidos pelo Sistema Conselho;
8. Atuar junto ao Ministério da Educação a fim de aperfeiçoar o currículo e garantir a qualidade do ensino em faculdades, universidades e instituições responsáveis pela graduação e pós-graduação *latu sensu* em Psicologia, além de incluir no currículo disciplinas como Libras e cultura dos surdos visando à inclusão social;
9. Validar as abordagens psicológicas por meio de avaliações baseadas em critérios científicos;
10. Garantir o cumprimento de dispositivos legais relacionados a questões éticas da profissão e da pesquisa psicológica, para isso ampliando o trabalho dos orientadores fiscais;
11. Trabalhar em prol da eliminação da postura partidário-ideológica no Sistema Conselho de Psicologia, zelando pela ética nas atividades científicas e no exercício profissional;
12. Adotar política de transparência on-line, tanto financeira quanto administrativa, do Sistema Conselho de Psicologia, obrigatoriamente prevista em legislação específica, por meio de auditorias e relatórios anuais que apresentem o resultado fiscal à classe profissional, além de realizar estudos sobre a aplicação dos recursos advindos das anuidades recebidas para possível redução do seu valor;
13. Promover audiências entre profissionais e especialistas acerca de temas polêmicos que ainda não apresentem o devido respaldo científico;
14. Conscientizar e orientar os psicólogos quanto ao apoio público a temas considerados crime pela legislação brasileira;
15. Promover ações para defesa do direito à qualidade de vida de todos os seres humanos nas diversas fases do seu desenvolvimento.